

Cargos de confiança	1
Compra de avião gera desconforto no próprio governo.....	2
Bancos recebem ajuda bilionária	3
Procura por auxílio aumenta no Estado	3
Vale desiste de usina que criaria 3 mil vagas.....	4
Acordo entre empresa e sindicato garante emprego	4
Sindicalistas fazem manifestação dia 21	4
Luta do MST pela terra vai completar 25 anos.....	4
Ulbra: Justiça libera pagamento a professores.....	5
Empresa com 30 mil empregados vai fechar	5
Santander demite em SP	5
Licença-maternidade: Governo não cumpre lei, ampliação fica para 2010.....	6
Metalúrgicos de Caxias (RS) se mobilizam contra demissões	6
TST: dirigente sindical mantém estabilidade mesmo aposentado	7
Demissão coletiva precisa de negociação coletiva, entende TRT 2ª Região	7
Instituída numeração única de processos no Judiciário brasileiro	8
MJ e STF unidos pelo 2º Pacto de Reforma do Judiciário.....	8
TJ afasta juiz de Paramirim acusado de assédio moral e sexual.....	8
Direitos humanos no Brasil: muitos avanços, mas um longo caminho ainda a percorrer. Entrevista especial com Dalmo Dallari	10
'Acordos para reduzir salário são prematuros', afirmam especialistas.....	11
Hora de descruzar os braços.....	12
130 empresas negociam flexibilização	15
Contrato flexível vira moeda de troca.....	16
'Quem garante o emprego é o mercado'. Será? Veja a GM	17
Dupla rende funcionários e rouba R\$19 mil de Correios em MT.....	17
Greve para fábrica, que demitiu no ABC.....	17
'Os trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise'	18
Guerra e Paz: o capitalismo sem espírito	18
Demissões geram protestos em SP	19
VW demite 150 em Taubaté e discute "flexibilização" em outras fábricas.....	21
Aberto processo contra servidores do TJ-ES envolvidos com venda de sentenças.....	21
Aposentada demitida tem estabilidade sindical e deve ser reintegrada, diz TST	22
Supremo suspende exoneração de servidores contratados sem concurso público.....	22
No Ceará, a ONG Catavento trabalha comunicação a serviço do semi-árido	23
Investimentos em mídia estatal na China, crise nos jornais dos EUA.....	24

Cargos de confiança

Incomodado com a ação de inconstitucionalidade do Ministério Público contra as leis que criam cargos em comissão na Câmara, e que se for acatada obrigará os vereadores a demitirem todos os assessores, o presidente da Casa, Sebastião Melo, propôs um debate mais amplo:– Topo discutir os cargos em comissão e sua limitação a funções de assessoramento, desde que esse debate se estenda também ao Executivo, ao Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

Melo garante que a Câmara não tem nenhum caso de nepotismo, e que os critérios usados para definir as funções a serem ocupadas por assessores de confiança são os mesmos dos outros poderes. Os vereadores estão indignados. Alegam que a ação inviabilizaria o funcionamento da Câmara. Na reunião em que decidiram lançar uma nota pública contestando a ação, o Ministério Público foi acusado de incoerência por tentar banir os CCs das Câmara, sem mexer nos seus.

Licenciado para concorrer à reeleição, o procurador-geral de Justiça, Mauro Renner, diz que o MP está querendo apenas fazer cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal que, ao tratar do nepotismo, disciplinou também o preenchimento de cargos em comissão. O problema é que, na ação, o MP questiona a Lei 5.811, que estabelece todo o sistema de classificação de cargos e funções na Câmara.

No quadro estão cargos técnicos que de fato não deveriam ser exercidos por CCs, como taquígrafo, garçom, segurança, telefonista, mas há outros sem os quais, garantem os vereadores, nenhum gabinete funcionaria. São os assessores parlamentares, escolhidos entre pessoas de confiança dos eleitos.

ZERO HORA

Compra de avião gera desconforto no próprio governo

Aquisição depende da aprovação de projeto na Assembleia Legislativa

Desde que a governadora Yeda Crusius anunciou que pretende abrir licitação para comprar um avião mais potente para substituir o King Air B200, adquirido há 12 anos, o clima é de desconforto no Palácio Piratini. Surpreendidos com o anúncio, alguns secretários são contrários à medida, assim como deputados da base aliada.

Auxiliares próximos da governadora acreditam que não há clima político para a proposta, nem possibilidades técnicas. Como o novo avião não está no orçamento e não pode ser comprado por meio de suplementação de verba, o Piratini terá de elaborar um projeto a ser apreciado pela Assembleia. O texto terá de indicar a fonte para a compra.

A decisão da governadora incomodou até os técnicos da Secretaria do Planejamento e Gestão, que elaboraram o orçamento sem prever um avião novo. Ontem, avaliavam que o anúncio de uma compra não descrita na peça orçamentária aprovada pelos deputados afeta a credibilidade e a transparência da lei.

A repercussão negativa do tema irritou Yeda, que deseja um aparelho maior, para poder levar os secretários nos deslocamentos, e mais rápido, principalmente para as viagens a Brasília. O clima tenso desencadeou um chamado às pressas para autoridades participarem de uma reunião na Casa Militar, na tarde de quinta-feira. O encontro visava discutir alternativas para a escolha do modelo do avião e variáveis como preços e custo para manutenção.

Participaram do encontro o chefe do órgão, tenente-coronel Joel Prates Pedroso, o chefe da Casa Civil, José Wenzel, e o secretário de Segurança, Edson Goularte, entre outros. Um representante do Grupamento Aéreo da Brigada Militar também foi convocado para a reunião, mas acabou dispensado de participar do debate.

Estado gastou R\$ 1,6 milhão em manutenção da frota

Ao final do encontro, uma nota oficial chegou a ser redigida, mas o Piratini desistiu de divulgá-la, numa tentativa de evitar mais munição para a polêmica. O governo pretende adquirir um jato executivo para voos intercontinentais, com capacidade para até 20 passageiros, que pode custar entre US\$ 8 milhões e US\$ 26 milhões. Se comprada, a aeronave vai exigir o pagamento de taxas mais altas em aeroportos.

Um ex-auxiliar do governo Germano Rigotto afirma que o King Air é um aparelho seguro.

Conforme ele, o maior problema é o helicóptero Bell, que exige muitos reparos e implica uma maratona para encontrar peças. Em 2008, o governo gastou R\$ 1,6 milhão com a manutenção do King Air e dos helicópteros Bell e Esquilo. Entre os servidores, o apelido do Bell é sofazão, por causa da acomodação interna, formada por dois estofados.– O Bell vive estragando – diz o ex-auxiliar.

Rigotto costumava viajar em voo de carreira. Quando precisava ir a Brasília, pegava carona nos aviões dos governadores Luiz Henrique (Santa Catarina) e Roberto Requião (Paraná). Para locações, o Estado mantém contrato com a Bertol Aerotaxi, gerido pela Casa Militar. O aluguel de jatos é um recurso usado para deslocamentos da governadora e para transporte de órgãos destinados a transplante.

ZERO HORA

Bancos recebem ajuda bilionária

Governo dos EUA libera US\$ 438,2 bilhões para o Bank of America e o Citibank

Na tentativa de evitar que outras instituições bancárias dos Estados Unidos tenham o fim que tiveram o Lehman Brothers e o Washington Mutual, que fecharam as portas no ano passado, o governo norte-americano irá empenhar US\$ 438,2 bilhões para ajudar duas das principais instituições financeiras do país: o Bank of America e o Citigroup.

O maior banco americano, o Bank of America, recebeu uma ajuda de US\$ 117,2 bilhões do Tesouro, somando injeção de capital e garantia de perdas. Dizendo que os problemas do Merrill Lynch (o banco adquirido em setembro do ano passado) eram maiores do que imaginava, a instituição vai receber uma injeção de mais US\$ 20 bilhões do governo dos EUA para ajustar sua contabilidade. O Departamento do Tesouro investirá em troca de ações preferenciais com um dividendo de 8% na instituição.

A ajuda agora seria uma espécie de compensação pelo fato de o Bank of America não ter desistido do negócio com o Merrill Lynch. Em 14 de setembro de 2008, em uma das semanas mais tensas da história dos mercados, ele comprou o Merrill Lynch por US\$ 40 bilhões, mas agora afirma que a deterioração dos ativos do banco de investimento era “muito maior” do que imaginava e que tentou renegociar o acordo, o que foi vetado pelo governo dos EUA.– O governo tinha a visão de que o afastamento (para renegociar o acordo) poderia causar preocupações significativas e danos sistêmicos sérios aos mercados financeiros – afirmou o presidente-executivo do Bank of America, Ken Lewis.

Mesmo sem contar o resultado do Merrill Lynch, o Bank of America perdeu US\$ 1,79 bilhão entre outubro e dezembro do ano passado, no primeiro prejuízo trimestral da instituição em 17 anos. O prejuízo do Merrill Lynch foi muito maior, US\$ 15,3 bilhões apenas no quarto trimestre, mostrando a gravidade dos problemas da instituição.

E, indicando a grave crise que vive o setor, o Citigroup, o terceiro maior, vai dividir suas operações em duas unidades, isolando os ativos de maior risco. Na primeira parte (a “boa”), chamada de Citicorp, ficaram as operações tradicionais (banco comercial e cartão de crédito, entre outras). Na Citi Holdings, de “ativos arriscados”, ficarão corretoras e financeiras, que posteriormente poderão ser vendidas.

O Citi anunciou que concluiu os detalhes da garantia de US\$ 301 bilhões que irá receber do governo norte-americano para cobrir eventuais perdas com empréstimos e títulos lastreados em títulos ligados ao mercado imobiliário residencial e comercial, créditos ao consumidor e outros tipos de títulos de dívida. O período de cobertura dos papéis do Citi é de cinco anos para os que estiverem ligados ao mercado imobiliário não-residencial e 10 anos para os ligados ao setor residencial. O Citigroup divulgou perda de US\$ 8,3 bilhões nos três últimos meses de 2008 – seu quinto prejuízo trimestral consecutivo – e de US\$ 18,72 bilhões no ano passado.

ZERO HORA

Procura por auxílio aumenta no Estado

Foram 31,8 mil pedidos de benefícios em dezembro

A concessão de seguro-desemprego deu um salto no Rio Grande do Sul. De acordo com dados da Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS), os benefícios concedidos em dezembro passado cresceram 36,7%, na comparação com igual período de 2007.

Foram 31.816 seguros aprovados, informou a fundação. O indicador aponta uma escalada do desemprego a partir de novembro em consequência da crise internacional, avalia o professor Alfredo Meneghetti Neto, da Economia da PUCRS. Em outubro, os pedidos haviam caído 5,5%, mas, em novembro, subiram 22,33% em relação a igual mês do ano anterior.– Já são os primeiros sinais da recessão que está em curso e que se iniciou em setembro. Os dados mostram que o impacto está sendo muito grande – disse Meneghetti.

No total de 2008, a concessão de seguros no Estado subiu 6,06%. Segundo Ronaldo Nogueira de Oliveira, diretor-presidente da FGTAS, uma das razões para o crescimento do indicador é o

aumento do universo de pessoas empregadas no período. Com mais trabalhadores em situação formal, os pedidos de seguro-desemprego tendem a crescer. No ano passado, o número de empregos formais no Estado avançou 5%, segundo o dirigente.

Mas outra evidência de que a crise está tendo reflexos na economia gaúcha é o recuo nas emissões de carteira de trabalho nos últimos meses. Entre novembro e dezembro, foram confeccionados 11% de documentos a menos.

ZERO HORA

Vale desiste de usina que criaria 3 mil vagas

Depois de cortes na produção e demissão de 1,3 mil trabalhadores, a crise obrigou a mineradora Vale a desistir da construção de uma siderúrgica no Espírito Santo em parceria com a chinesa Baosteel. O cancelamento do projeto de US\$ 5,5 bilhões foi proposto pelos chineses, que viram a procura mundial por aço minguar nos últimos meses. Estava prevista a criação de 3 mil empregos.

ZERO HORA

Acordo entre empresa e sindicato garante emprego

HERON VIDAL

heronvidal@correiodopovo.com.br

Trabalhadores da GKN (do setor de autopeças), de Porto Alegre, assinaram o primeiro acordo de transição no Estado para garantir os 1,3 mil empregos nestes tempos de crise global. O acerto, realizado por meio do Sindicato dos Metalúrgicos, filiado à CUT, prevê a redução da jornada de trabalho (folga nas segundas-feiras) e de 14% nos salários, durante 90 dias – até abril. Nos três meses seguintes, os salários até R\$ 2,5 mil serão pagos em 70% do seu valor e, acima deste teto, em 65%, sem necessidade de repor as horas. 'Não estamos fazendo balcão de negócios com prejuízo aos direitos trabalhistas', diz o presidente da CUT/RS, Celso Woyciechowski.

Comparado a Minas Gerais e a São Paulo, a crise não gerou ainda um quadro dramático de rescisões no RS. Em MG, houve 2,3 mil demissões em novembro passado apenas no cinturão de fornecedoras da Fiat. Dos 600 mil postos fechados no país, somente em dezembro, 300 mil podem ter sido em SP.

Os sindicatos filiados à Força Sindical não fecharam acordos com empresas, mas, se houver necessidade, serão mais flexíveis. 'Estamos dispostos a negociar qualquer coisa para impedir demissões, até discutir a reforma da CLT e de tributos', afirma o presidente da Força Sindical/RS, Cláudio Janta. A central, como a CUT, já registra cenários de desemprego, relacionados, por exemplo, à seca, na avicultura (exportações) e no setor de celulose.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas, Cláudio Bier, não confirma a crise. Segundo ele, 'a instabilidade preocupa, mas ainda não se encerrou o período de férias das fábricas'. Os respingos de desaceleração econômica no RS começaram em outubro de 2008, com o corte de vagas. A John Deere dispensou 200 trabalhadores em Horizontina. Em novembro, o setor de base florestal desempregou 700 terceirizados da Aracruz, em Guaíba.

CORREIO DO POVO

Sindicalistas fazem manifestação dia 21

Não há unidade entre sindicalistas quanto à forma de negociação. 'Queremos garantias trabalhistas e não o modelo da Fiesp/Força Sindical', defende o presidente da CUT/RS, Celso Woyciechowski. Em SP, as tratativas entre as duas entidades foram suspensas por dez dias. No dia 21, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) irá deliberar sobre juros, a Força Sindical se manifestará em frente à fábrica da General Motors, em Gravataí, pelo corte da taxa. 'Não é contra a GM, mas um apelo ao governo', diz o presidente da Força, Cláudio Janta.

CORREIO DO POVO

Luta do MST pela terra vai completar 25 anos

Teve início após muitas ocupações em todo o país, quando os camponeses foram conscientizados para lutar pela reforma agrária

MIRELLA POYASTRO

mirrella@correiodopovo.com.br

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) completa 25 anos nesta semana. A comemoração do aniversário será realizada entre o dia 20 e o dia 24 em Sarandi, na zona da Produção, no assentamento da Fazenda Annoni, onde o MST realizará o 13º Encontro Nacional, esperando cerca 1,5 mil integrantes. Nos três primeiros dias, as reuniões serão fechadas, objetivando avaliar a situação da reforma agrária e da agricultura.

A festa do aniversário será realizada sábado, dia 24. 'O local escolhido é um símbolo para o MST e o Rio Grande do Sul também. Foi esse um dos estados que iniciou a retomada da luta pela terra no país em 1979, além de 2008 ter sido um ano marcado pela criminalização do movimento', afirma Ana Hanauer, uma das integrantes da coordenação nacional do MST. A data do encontro coincide com o evento que oficializou a criação do MST, em evento realizado em Cascavel (PR), em janeiro de 1984.

Um dos fundadores do MST, João Pedro Stédile, lembra que a criação do movimento ocorreu em uma época de ressurgimento do movimento de massas no Brasil. Entre 1979 e 1984, realizaram-se dezenas de ocupações de terra em todo o país. 'Os camponeses não queriam mais migrar para a cidade', enfatiza Stédile. Segundo ele, nesse contexto, o objetivo dos trabalhadores sem terra era organizar um movimento de massas nacional para conscientizar os camponeses a lutarem pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e igualitária. 'Queríamos combater a pobreza e a desigualdade social, causada pela concentração de propriedade da terra, apelidada de latifúndio', explica Stédile.

Atualmente, o MST tem como alvo as empresas transnacionais, que ampliaram sua atuação no setor primário brasileiro. 'A luta pela reforma agrária, que antes se baseava apenas na ocupação de terras, agora ficou mais complexa. Temos que lutar contra o capital internacional e a dominação das transnacionais', sustenta Stédile. Ele e Ana Hanauer criticam a política de reforma agrária do governo Lula. 'No Brasil, 80 mil famílias esperam por um pedaço de terra nos acampamentos, sendo 1,8 mil no RS', ressalta Ana. Stédile lembra que Lula foi o único presidente da República eleito com apoio do MST, na esperança de a reforma agrária ser uma prioridade.

CORREIO DO POVO

[Ulbra: Justiça libera pagamento a professores](#)

A Justiça do Trabalho de Canoas liberou ontem os valores bloqueados, ao longo da semana, nas contas bancárias da Ulbra, condicionando o repasse ao pagamento do salário de dezembro aos professores. Conforme a decisão do juiz Rodrigo Tonon, da 3ª Vara do Trabalho, os valores penhorados são para estrito pagamento de vencimentos de dezembro dos docentes. Desse modo, cada professor receberá 57,39% dos seus vencimentos líquidos.

CORREIO DO POVO

[Empresa com 30 mil empregados vai fechar](#)

O distribuidor americano de produtos eletrônicos Circuit City, a segunda maior rede de lojas do setor nos Estados Unidos, anunciou ontem que deve liquidar suas atividades após ter sido colocado em novembro sob a proteção da lei de quebras e irá fechar as portas. A cadeia emprega mais de 30 mil trabalhadores. O Circuit City, em uma pré-análise, destacou que os acionistas devem perder a totalidade de seu investimento

CORREIO DO POVO

[Santander demite em SP](#)

O grupo Santander demitiu esta semana de 400 a 500 bancários. Cerca de 300 deles eram da área administrativa do banco, concentrados na capital paulista e oriundos do Banco Real, que o

Santander adquiriu em julho de 2007. As demissões foram informadas pelo sindicato da categoria em SP.

CORREIO DO POVO

Licença-maternidade: Governo não cumpre lei, ampliação fica para 2010

Quando a **Lei 11.770** que amplia para 180 dias a licença-maternidade foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2008, a crise financeira mundial ainda não havia atingido a economia nacional.

O projeto (PL 2.513/07), da senadora Patrícia Saboya (PDT/CE), foi aprovado no dia 13 de agosto, e convertido na Lei 11.770, que amplia a licença-maternidade de 120 para 180 dias, por meio da concessão de incentivo fiscal ao empregador que aderir ao Programa Empresa Cidadã.

A adesão ao programa terá caráter facultativo e permitirá ao empresário descontar integralmente do Imposto de Renda devido o valor dos salários pagos durante os dois meses adicionais da licença.

Durante o período de prorrogação da licença, a empregada terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

A empregada não poderá exercer qualquer atividade paga e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar, regra que, se não cumprida, acarreta na perda do direito à prorrogação. A lei também autoriza a Administração Pública a instituir programa que garanta essa prorrogação e inclui as mães adotivas.

Passados quase cinco meses, a lei que foi formulada para atender, sobretudo, uma demanda das trabalhadoras da iniciativa privada, até o momento, só beneficiou as servidoras públicas federais.

Um arguto e atento observador da cena política nacional chamou-nos a atenção para esta curiosidade. Ao ler o **balanço da gestão do deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)** à frente da Câmara dos Deputados no biênio 2007-2008 feita pela assessoria do DIAP, ele comentou: "... o que é dado como vitória das trabalhadoras privadas **só beneficiou as servidoras**".

"O MP [Ministério do Planejamento] e o MF [Ministério da Fazenda] não cumpriram o que foi exigido pela lei e assim ela só vai entrar em vigor em 2010 para o setor privado, pois não foi incluída no orçamento a renúncia fiscal decorrente da prorrogação da licença-maternidade", arrematou.

Desse modo, é importante que o movimento sindical fique atento e lute para que esta importante conquista das trabalhadoras seja efetivamente incorporada na legislação trabalhista. (Marcos Verlaine)

SITE DO DIAP

Metalúrgicos de Caxias (RS) se mobilizam contra demissões

O Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, filiado à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), dará largada na segunda-feira (19) a uma mobilização da categoria, com a entrega de panfletos e a realização de discursos em fábricas da cidade, para enfrentar as ameaças de demissões em massa.

Os materiais esclarecerão a situação atual de ameaça de postos de trabalho e convocarão os trabalhadores a participarem de um protesto, marcado para o dia 30 de janeiro.

Os detalhes da manifestação não estão fechados - e muitos, estrategicamente, não podem ser divulgados - mas o presidente da entidade, Assis Melo, que também é vereador pelo PCdoB, adianta que haverá paralisações em empresas caxienses.

Em paralelo a essa mobilização, o Sindicato dos Metalúrgicos pretende constituir um comitê, com a presença de sindicatos de outras categorias, empresários e comunidade, para discutir alternativas para aplacar as demissões.

"Queremos discutir a verdadeira razão dessas demissões, se é realmente motivada pela crise, e garantir o emprego e a renda dos trabalhadores", afirma Assis Melo, acrescentando que as

alternativas também passam pelo esforço do governo federal no sentido de baixar juros e impostos e diminuir a jornada de trabalho sem reduzir os salários.

Sobre a possibilidade de perda de benefícios com a contrapartida de manutenção de empregos, Assis Melo é contra e até ironiza.

"Pedir esmola para pobre é difícil. Vamos abrir mão do que se não temos nada?", questiona, garantindo que a diminuição de salários seria prejudicial à economia, uma vez que desestimularia o consumo. (Fonte: O Pioneiro)

TST: dirigente sindical mantém estabilidade mesmo aposentado

O dirigente sindical que se aposenta espontaneamente e continua trabalhando permanece com sua estabilidade sindical e, portanto, não pode ser dispensado. A 3ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) rejeitou recurso da Artefatos de Plástico Sobplast e manteve decisão que condenou a empresa à reintegração de trabalhadora demitida nessas condições.

De acordo com informações do TST, a empregada, admitida em fevereiro de 1985, aposentou-se em fevereiro de 2002, mas continuou trabalhando na empresa. Em junho daquele ano, embora integrasse a diretoria de seu sindicato de classe, foi demitida.

A funcionária ajuizou reclamação trabalhista contra a demissão. A reintegração foi determinada pela Justiça do Trabalho da 2ª Região (SP), sob o fundamento de que a empregada manteve com a empresa um único contrato de trabalho. O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) paulista, no julgamento do recurso ordinário da empresa, converteu a reintegração em indenização, pois o período de estabilidade já se havia esgotado.

Ao recorrer ao TST, a empresa alegou que a aposentadoria extingue o contrato de trabalho. "Como não é condição essencial que o dirigente sindical mantenha o vínculo, podendo optar entre permanecer ou não em serviço, isto significa que a empregadora não é obrigada a manter o contrato para lhe garantir o pleno exercício da atividade sindical", sustentou a empresa.

A Sobplast ainda alegou que tanto quanto o empregado, a empresa pode optar por manter seu vínculo ou não, dispensando-o sem justa causa com o pagamento dos direitos devidos pela rescisão. O relator do processo na 3ª Turma, ministro Alberto Bresciani, rejeitou as alegações da empresa. "O entendimento no sentido de que a aposentadoria espontaneamente requerida, pelo empregado, não põe termo ao pacto laboral já está pacificado no TST, na Orientação Jurisprudencial 361", explicou. "Afastada a extinção, é certo que a empregada manteve com a empresa um único contrato, pelo qual usufruía da estabilidade sindical", concluiu o ministro, que determinou a reintegração da empregada ao cargo. (Fonte: Última Instância)

Demissão coletiva precisa de negociação coletiva, entende TRT 2ª Região

Despedida coletiva não é proibida, mas está sujeita a negociação coletiva. O entendimento é da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo), que declarou nula a demissão de 600 funcionários da empresa Amsted Maxion Fundição.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região organizou uma greve depois que a empresa demitiu 450 trabalhadores na primeira leva e 150 na segunda. Segundo a empresa, a redução do quadro de funcionários foi motivada pela crise econômica. Para ela, a greve era ilegal e abusiva porque as negociações ainda eram possíveis. Além disso, o sindicato não fez assembleia e não notificou a greve com 48 horas de antecedência, diz a empresa.

Segundo a juíza Ivani Contini Bramante, relatora, "a greve é maneira legítima de resistência às demissões unilaterais em massa, vocacionadas a exigir o direito de informação da causa do ato demissivo massivo e o direito de negociação coletivo diante das demissões feitas de inopino, sem buscar soluções conjuntas e negociadas com sindicato".

Para ela, "a greve, portanto, é legal e não abusiva. A empresa deu causa à greve com a conduta unilateral e arbitrária de dispensa em massa e ofensiva aos ditames constitucionais e legais".

Ivani lembra que "a despedida individual é regida pelo Direito Individual do Trabalho, e, assim, comporta a denúncia vazia, ou seja, a empresa não está obrigada a motivar e justificar a dispensa, basta dispensar, homologar a rescisão e pagar as verbas rescisórias. Quanto à despedida coletiva é fato coletivo regido por princípios e regras do Direito Coletivo do Trabalho, material e processual. Portanto, deve ser tratada e julgada de acordo com os princípios e regras do Direito Coletivo do Trabalho".

Dessa forma, a desembargadora observou que "a despedida coletiva não é proibida, mas está sujeita ao procedimento de negociação coletiva. Portanto, a dispensa coletiva deve ser justificada, apoiada em motivos comprovados, de natureza técnica e econômicas e, ainda, deve ser bilateral, precedida de negociação coletiva com o Sindicato, mediante adoção de critérios objetivos". Processo: 20.281.200.800.002.001 (Fonte: Conjur)

Instituída numeração única de processos no Judiciário brasileiro

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, encaminhou a todos os tribunais do País cópia da Resolução 65, de 16 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências. O CNJ, em conjunto com os demais órgãos do Poder Judiciário, promoverá ampla divulgação do teor e objetivos da Resolução.

A Resolução 65 tem o objetivo fundamental de melhorar a administração da Justiça, com a adoção da padronização do número dos processos totalmente realizado por meio eletrônico considerando a necessidade de se facilitar o acesso às informações processuais pelos jurisdicionados, advogados e demais usuários dos serviços judiciais, ficando instituída a numeração única de processos no âmbito do Poder Judiciário.

O presidente do Tribunal de Justiça do estado do Piauí, desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, encaminhou cópia da Resolução 65 aos setores competentes para que - dentro do cronograma estabelecido - as medidas determinadas pelo CNJ sejam rigorosamente observadas.

MJ e STF unidos pelo 2º Pacto de Reforma do Judiciário

O Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal (STF) vão definir até o próximo dia 10 de fevereiro os projetos que farão parte do 2º Pacto pela Reforma do Judiciário. O anúncio foi feito na última segunda-feira (10) pelo ministro Tarso Genro, que esteve reunido com o presidente do tribunal, Gilmar Mendes.

"O MJ e o STF vão negociar os projetos em conjunto, em regime de colaboração", disse Tarso. Realizado em parceria entre o MJ, outros órgãos do Executivo e Legislativo e Judiciário, o objetivo do pacto é tornar este último poder mais célere e mais acessível à população. Nos últimos meses, o ministério tem discutido o assunto com entidades como a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe).

Tarso e Mendes também conversaram sobre parcerias na área de execução penal para melhorar, por exemplo, a questão da superlotação nos presídios - o país possui um déficit de 185 mil vagas. Eles ainda discutiram sobre o fortalecimento das defensorias públicas, uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

O Pronasci vai investir R\$ 6,7 bilhões em ações sociais e repressivas na área de segurança pública até 2012. A atuação dos defensores públicos é considerada de extrema importância para um atendimento digno aos presos e à população em geral que não tem condições de pagar um advogado. (Fonte: Ministério da Justiça)

TJ afasta juiz de Paramirim acusado de assédio moral e sexual

Marcelo Brandão | Redação CORREIO

Todos sabem que a função de um juiz é julgar a legalidade de atos e fazer cumprir o que determina a legislação. Mas o magistrado Vicente Reis Santana Filho, do município de Paramirim, situado na Chapada Diamantina, foi parar no banco dos réus.

Acusado de assédio sexual e moral contra serventuários da Justiça e de destratar advogados e até a promotora da comarca, o juiz foi afastado de suas funções e está respondendo a dois processos e a uma sindicância. Ontem (16), o pleno do TJ decidiu seu afastamento da função de juiz.

Transferido para a comarca de Paramirim há cerca de um ano e dois meses, o juiz conseguiu, nesse pequeno prazo, brigar com todos os seguimentos do Judiciário do município. A promotora pública da cidade, Luciana Khoury, representou contra o magistrado pelos inúmeros insultos e agressões verbais que ela diz ter sofrido, inclusive durante audiências.

Treze dos 18 funcionários do fórum entraram com uma ação contra Santana Filho, acusando-o de assédio moral, pelas constantes humilhações sofridas durante o trabalho. O juiz não parou por aí e continuou contabilizando desafetos em outra categoria profissional.

Um total de 21 advogados que atuam na cidade denunciaram a falta de urbanidade do magistrado com os profissionais do direito. Segundo o advogado Sérgio Teixeira Ramos Júnior, representante na cidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 'ele (o juiz) maltratava os advogados, não recebia ninguém no gabinete e não dava andamento aos processos'.

O advogado contou que ele mesmo foi destrutado pelo juiz, quando foi pedir que julgasse um caso em que estava atuando. 'Ele quase me bateu e me colocou para fora do gabinete aos gritos. Eu o classifico como uma pessoa anormal', contou Ramos Júnior.

Caso parecido aconteceu com a promotora da comarca. Luciana Khoury foi expulsa da sala de audiência aos berros, na presença das partes de um processo, do oficial de justiça e de serventuários. Depois de diversas situações parecidas, a promotora resolveu denunciar os fatos praticados pelo magistrado à corregedoria do Tribunal de Justiça da Bahia.

Os serventuários do Judiciário que trabalham na comarca foram os que mais sofreram com as agressões, humilhações e destratos do juiz. Funcionário do fórum há décadas, o servidor Antônio Cândido passou mal depois de ser insultado pelo magistrado e acabou parando no hospital, com um crise de hipertensão.

O escrivão Jailton Alves Carneiro, do Sindicato dos Serventuários na cidade, disse que o juiz não respeitava ninguém. 'Se não fizesse o que o juiz queria, no momento que pedia, ele era grosseiro', relatou. O representante da categoria contou que o magistrado chegou a obrigar serventuários a ficar sem almoçar durante o trabalho e determinava que escrivães fizessem o trabalho dele, redigindo sentenças e decisões para apenas assinar depois.

O magistrado ainda agarrou uma funcionária dentro de sua sala, para tentar beijá-la. Os serventuários denunciaram o comportamento do juiz à corregedoria do TJ-BA. O juiz corregedor João Batista instalou uma sindicância em meados de 2008 e ouviu os funcionários.

Com os depoimentos, a desembargadora Maria José Pereira Sales, corregedora das comarcas do interior, levou os casos ao Pleno do TJ, ontem. Após ler o relatório, a magistrada votou pela abertura de processo administrativo contra o juiz e pelo seu afastamento dele. O voto foi aceito unanimemente pelos 25 desembargadores.

Servidora gravou conversa

O juiz Vicente Reis Santana Filho, 44 anos, tentou beijar à força a suboficial do cartório de notas de Paramirim, Cleudinéia Marques, depois de agarrá-la pelo braço, dentro do gabinete dele, no fórum do município, segundo depoimento dela à corregedoria do Tribunal de Justiça.

Noiva e prestes a se casar, a servidora acrescentou ainda que já vinha sendo assediada pelo magistrado há algum tempo. A serventoria contou que conseguiu se desvencilhar do magistrado e, no dia seguinte, retornou à sala dele com um gravador escondido, quando teria conseguido gravar uma conversa em que o juiz tenta beijá-la novamente.

Na fita, Cleudinéia diz para Santana Filho que contou sobre o assédio para o noivo. Mas Vicente diz que vai conseguir tirar a aliança dela do dedo e pede um beijo. A suboficial de notas responde ao juiz que sua aliança só sairá de uma mão para a outra, quando casar com seu noivo.

O assédio foi denunciado à corregedoria da TJ, que abriu sindicância para apurar o caso. O procedimento investigativo virou processo, ela conseguiu transferência para outra comarca e se casou. O juiz foi procurado pelo CORREIO, mas não atendeu às ligações.
(Notícia publicada na edição de 17/01/2009 do jornal CORREIO)

Direitos humanos no Brasil: muitos avanços, mas um longo caminho ainda a percorrer. Entrevista especial com Dalmo Dallari

O jurista Dalmo Dallari é enfático ao analisar o tratamento dado aos **direitos humanos** no Brasil: “Exatamente pela existência do contexto político, econômico e social de desigualdade, é fundamental que se proclame com todo o vigor, sem **reticências ou concessões**, a universalidade dos direitos humanos”. Aqui nesta entrevista, Dallari analisa a 11ª Conferência dos Direitos Humanos do país e também atenta para alguns fatos que marcaram os debates acerca deste tema no Brasil. Gentil, como sempre, Dalmo Dallari concedeu à IHU On-Line a entrevista em meio a uma viagem pela França através de e-mail.

Embora 2008 tenha sido o ano em que se comemorou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição brasileira, para o jurista ainda existe “um **amplo caminho** a ser percorrido para a efetiva garantia da **igualdade de direitos a todos**”.

Dalmo Dallari aposentou-se como professor de Direito da Universidade de São Paul, onde, em 1996, tornou-se o professor catédrico da Unesco na cadeira de Educação para a Paz, Direitos Humanos e Democracia e Tolerância. Entre suas principais obras, destaca-se Elementos de Teoria Geral do Estado (São Paulo: Saraiva, 2002).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O último ano foi marcado pela comemoração de diversos documentos que tratam dos direitos humanos. Quais são as prioridades brasileiras no âmbito dos direitos humanos hoje?

Dalmo Dallari – No ano de 2008, foram comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição brasileira de 1988, que acolheu os **direitos proclamados** na Declaração e criou instrumentos jurídicos eficazes para sua obtenção de sua proteção e para a busca de sua efetivação. A partir da vigência dessa nova Constituição, e com base nela, ocorreram no Brasil muitos **avanços altamente significativos** em termos de correção de injustiças tradicionais e de garantia do acesso aos direitos fundamentais a pessoas e segmentos sociais tradicionalmente marginalizados.

Ainda existe, entretanto, um **amplo caminho** a ser percorrido para a efetiva garantia da igualdade de direitos a todos. Não cabe destacar um ou alguns direitos fundamentais como sendo prioridades, pois, como tem sido assinalado por eminentes teóricos e ativistas dos direitos humanos, existe uma solidariedade necessária entre todos os direitos os direitos fundamentais e todos são, reciprocamente, interdependentes. O que se pode apontar como prioridade é a concepção de todos os **direitos humanos**, de todas as pessoas, como exigências éticas e jurídicas, que os governos são constitucionalmente obrigados a proteger, sendo também obrigados a estabelecer programas e definir políticas públicas, visando à efetivação deles, destinando recursos financeiros até o **máximo das possibilidades**, como verdadeiras prioridades orçamentárias.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a 11ª Conferência dos Direitos Humanos no Brasil que ocorreu no final de 2008?

Dalmo Dallari - A 11ª Conferência de Direitos Humanos no Brasil foi uma boa oportunidade para avaliação de avanços já obtidos, como também para ampliar e aprofundar o conhecimento dos **direitos humanos** e a consciência e de que se trata de verdadeiros direitos, judicialmente exigíveis por quem for prejudicado pelo seu desrespeito. Foi também uma oportunidade propícia para a **discussão de propostas**, visando assegurar efetivamente os direitos humanos a todos, chamando-se a atenção para a existência de bloqueios e resistências, tanto no âmbito público quanto no privado, que impedem ou dificultam o pleno gozo dos **direitos humanos** por todos. Além do registro dos avanços, a identificação dos obstáculos também foi um ponto positivo da 11ª Conferência, pois forneceu elementos válidos para sua superação.

IHU On-Line – É possível pensarmos numa universalização dos direitos humanos num contexto político, econômico e social tão desigual?

Dalmo Dallari – Exatamente pela existência do contexto político, econômico e social de desigualdade, é fundamental que se proclame com todo o vigor, sem reticências ou concessões, a **universalidade dos direitos humanos**. Isso porque a consciência da universalidade acentua ainda mais a injustiça das desigualdades e coloca a exigência de atitudes positivas buscando sua eliminação. A par da necessidade de insistir na proclamação da universalidade, exigindo que ela seja reconhecida e respeitada por todos, é importante assinalar que a humanidade caminha precisamente no sentido da ampliação do reconhecimento da universalidade, ficando cada vez mais difícil manter situações de discriminação e marginalização tradicionais. Isso vem acontecendo, por exemplo, em **vários países** dominados por islamitas radicais, nos quais as mulheres, tradicionalmente marginalizadas, vêm-se impondo ultimamente como titulares de direitos iguais.

IHU On-Line – Como o senhor acha que deveria se organizar um sistema de educação e cultura para os direitos humanos? Em que status estamos hoje em relação a essa questão?

Dalmo Dallari – Já cresceu muito no Brasil a consciência da necessidade de **educação para os direitos humanos**. Assim, ao lado de movimentos comunitários que foram pioneiros nesse trabalho de educação, temos hoje a disciplina Direitos Humanos em currículos universitários, sendo também muito intensa sua divulgação por meio de cursos de extensão de diversos níveis. O que se deve fazer é ampliar esse trabalho, introduzindo formalmente a educação para os direitos humanos nos currículos escolares, desde o nível fundamental. Já existe hoje no Brasil um ambiente propício a essa ampliação, estando bastante enfraquecida a resistência dos grupos sociais privilegiados que se opõem aos **direitos humanos** por medo da perda de seus privilégios.

IHU On-Line – Inúmeras questões que envolvem os direitos humanos estão em debate hoje no país, como o problema e Raposa Serra do Sol e os direitos dos índios no Brasil, a discussão em torno da Lei da Anistia, entre outros. A partir das discussões em torno da revisão da PNDH, como o senhor avalia esses debates e suas resoluções?

Dalmo Dallari – Os debates que vêm ocorrendo ultimamente no Brasil, colocando na primeira linha das discussões a questão dos **direitos humanos**, têm sido muito positivos. Assim, por exemplo, no caso da terra indígena Raposa Serra do Sol a resistência ao reconhecimento dos índios como seres humanos e titulares de direitos acabou despertando a consciência de muitos brasileiros, que perceberam a grande injustiça da invasão das terras indígenas por aventureiros ambiciosos apoiados por políticos sem escrúpulos, sob pretexto de promover o desenvolvimento econômico do Brasil ou de alguma região. Assim, também, outras discussões tendo como fulcro o **respeito aos direitos humanos** em face de agressões passadas ou atuais vêm tendo um efeito conscientizador. E isso tem propiciado o aumento das exigências de eliminação das discriminações e marginalizações de todas as espécies, colocando a sociedade brasileira no rumo da efetiva universalização dos direitos humanos.

['Acordos para reduzir salário são prematuros', afirmam especialistas](#)

A queda-de-braço entre sindicatos e empresas para flexibilizar relações de trabalho será infrutífera se os trabalhadores e os empresários não discutirem soluções para preservar o crescimento da economia e a geração de empregos, diz **Cláudio Dedecca**, professor de economia da Unicamp especializado em relações de trabalho.

Durante a semana passada, a Força Sindical começou a negociar com a Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) modelos de acordos que previam, por exemplo, redução de jornada com diminuição do salário. A Força, entretanto, suspendeu as reuniões depois que empresários disseram que não podiam garantir o nível de emprego mesmo se os acordos fossem fechados.

Dedecca afirma que a iniciativa das entidades é prematura. "Pesquisas sobre mercado de trabalho estão mostrando um sinal amarelo, mas em termos objetivos temos desemprego somente em alguns setores."

O economista defende que, em vez de costurar acordos de redução de jornada e de salário, empresários e centrais debatam com o governo um conjunto de medidas para buscar um crescimento de, pelo menos, 3% neste ano.

"Caso a Fiesp e a Força consigam uma generalização dos acordos trabalhistas, o resultado será a diminuição na renda dos trabalhadores, o que deverá provocar redução do consumo e deve retrair ainda mais a atividade econômica", diz ele.

Para o professor da Unicamp, com o aumento do salário mínimo marcado para este ano, haverá impactos positivos no consumo, principalmente para os setores de vestuário e alimentação. "O lado positivo é que o governo não abraçou a ideia de que nada mais pode ser feito [para salvar o emprego], mas os empresários e os sindicalistas têm que ter propostas convergentes."

Dedecca destaca que a redução dos juros e a flexibilização temporária do superávit primário como medidas possíveis para estimular a geração de empregos, caso o governo se mostre disposto a incorporá-las na sua política econômica.

Para o pesquisador, as centrais sindicais devem indicar, em conjunto com os empresários, políticas públicas que possam beneficiar diferentes setores. "A iniciativa costurada pela Fiesp e pela Força Sindical pode ter alguma aderência no setor industrial, mas é inviável na agricultura e nos serviços", diz o professor da Unicamp.

Julio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, concorda que a principal discussão neste momento deveria ser a de encontrar alternativas para o crescimento econômico.

"Nós temos que ver a hierarquia das medidas e das ações para não cairmos em falsas tentações. A medida principal, que o governo está devendo, é criar políticas para reativar a economia", diz.

Para Gomes de Almeida, o governo federal deve retomar o processo de redução dos juros. "É muito difícil incentivar o consumo e o investimento privado, mas o governo tem que procurar minimizar a queda com medidas, principalmente, nas áreas monetária e fiscal."

Hora de descruzar os braços

"O Brasil não precisa de ministro do Trabalho, precisa é de um ministro do Emprego", disse o economista Walter Barelli pouco depois de assumir a pasta no governo Itamar Franco, de 1992 a 1994. Quem levou o convite foi Fernando Henrique Cardoso, afirmando que a indicação tinha sido feita por Luiz Inácio Lula da Silva. Nos primeiros anos do governo de salvação nacional pós-impeachment de Fernando Collor ainda eram cordiais as relações entre os dois presidentes - e forças políticas - que sucederiam a Itamar. Com ambos, Barelli colaborou em diferentes momentos. Em outros, quando sua obsessão pela geração de empregos era questionada, também soube divergir. A reportagem e a entrevista é de Ivan Marsiglia e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 18-01-2009.

Na semana em que a General Motors do Brasil demitiu 744 funcionários temporários de sua fábrica em São José dos Campos e rumores sobre os números do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a serem divulgados amanhã, davam conta de que cerca de 600 mil postos de trabalho desapareceram no Brasil em dezembro, foi entrevistado.. Diretor do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) de 1967 a 1990, secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo nos governos Covas e Alckmin de 1995 a 2002 e deputado federal pelo PSDB paulista de 2003 a 2007, Barelli falou sobre as saídas para a crise que assombra o trabalhador brasileiro.

Aos 70 anos, professor aposentado da Unicamp, ele acaba de ser convidado para integrar o conselho do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas), ao lado de colegas como Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares e Delfim Netto, e diz que a saída é uma só: pôr mãos à obra em um grande new deal nacional.

Eis a entrevista.

As demissões na GM e os números do Caged são sinais de que a crise vai atingir duramente o emprego?

Se vai atingir duramente é prematuro dizer. Mas ela já começou com a extensão das férias coletivas das fábricas. A primeira demissão grande foi da Vale, 1.300 funcionários. Agora foi a GM. Mas há o caso sui generis da Renault, no Paraná: foi feito um acordo com o sindicato de suspensão do contrato de trabalho. Os funcionários ganham o seguro-desemprego e a empresa completa o salário líquido que eles tinham. Se ganhavam R\$ 680, o seguro dá R\$ 400 e a Renault, R\$ 280. Parece-me o melhor arranjo feito - e o primeiro em que entra sindicato nessa história.

Mas e a reunião da Fiesp com a Força Sindical e a CGT para negociar um 'acordo guarda-chuva' que reduza benefícios trabalhistas em troca de suspensão de demissões?

Na questão trabalhista, quanto mais próximos do trabalhador os acordos são fechados, melhor. Porque ele tem condições de fiscalizar. De outra forma, alguém que pretensamente o representa assina por ele. É por isso que acordos feitos diretamente entre sindicatos e patrões são mais efetivos. Essa reunião que você menciona ainda está mal-explicada. Até porque não existe acordo que possa ser aplicado linearmente a empresas tão distintas. O "guarda-chuva" só faz sentido se servir de orientação geral para os outros acordos.

Por que demissões tão rápidas em um setor que vinha batendo recordes de vendas de veículos?

No caso específico das montadoras, a crise veio pelo crédito. O modelo, que funcionou bem, oferecia 70, 90 meses ao consumidor para pagar o carro. As montadoras tinham até as próprias financeiras, Banco GM, Banco Ford... Com a restrição de crédito, elas fecharam suas carteiras de empréstimos. É de se supor também que, com a situação deteriorada das matrizes americanas, as subsidiárias brasileiras sejam usadas para fazer caixa.

E essa mesma restrição ao crédito foi o que afetou a construção civil, outro setor que vinha tendo uma expansão histórica.

Na construção civil, estávamos começando a ter crédito imobiliário a rodo. Agora, de uma hora para outra, os bancos pararam de emprestar. Inclusive porque banco no Brasil nunca teve vocação para isso: é caixa de aplicações, para ganhar no dinheiro seguro. Estavam começando a se interessar, após o crédito consignado e a expansão dos financiamentos da Caixa. Mas cessou. Tanto que o BC liberou o depósito compulsório e mesmo assim o crédito não fluiu. Os bancos vão precisar de um bom marketing nesta crise, porque correm o risco de serem execrados. A função social deles está escondida.

Como o governo pode reagir à quebra de confiança generalizada?

"Na muda, inhambu não pia", como diz o ditado. Empresário não investe em período de incerteza. E o consumidor de classe média, que lê jornais, também para de comprar. O presidente Lula vem tentando reverter isso. É "marolinha", é "comprem que o Brasil vai para a frente..." Mas a coisa não se resolve só no discurso, no marketing: tem que colocar dinheiro na mão das pessoas.

De que maneira?

O próprio (presidente eleito americano Barack) Obama deu a pista. Precisamos de um new deal, como Roosevelt fez na década de 30. É momento de se pegar todas as economias de governo - não precisa nem mexer nas reservas, senão os economistas me trucidam - e fazer um grande plano de obras para resolver os gargalos da economia nacional. Recuperar estradas, ferrovias, portos, fazer o que os governos estaduais estão fazendo. Só isso terá efeito imediato. A proposta dos empresários de se reduzir imposto e juros, que são de fato altos, não provoca mudanças em menos de oito, dez meses.

Então faz sentido quando o presidente Lula fala em 'inventar novas obras importantes'?

Sim. O PAC precisa ter PAC 2, 3 e 4, porque é pequeno para a crise que vem aí. Temos de seguir o modelo keynesiano: aumentar a demanda efetiva. Outra ponto: tenho lido que o ministro Patrus Ananias está brigando para que não haja contingenciamento de recursos do Bolsa-Família. Não pode! É preciso continuar e, se for o caso, aumentar o número de famílias beneficiadas.

O Bolsa-Família é um bom instrumento contra a crise?

Por mais que eu tenha minhas críticas ao programa, ele é anticíclico neste momento. Tornou-se absolutamente necessário. Veja que o próprio Obama afirmou que vai dar US\$ 1.000 em redução de impostos para o contribuinte. Só precisa ver se isso se transforma em consumo - porque estou pensando em emprego. Um cidadão americano de classe média pode receber o dinheiro e guardar.

No Brasil não corremos esse risco: como o beneficiário é muito pobre, todo o valor colocado se transforma em consumo. Mas o melhor mesmo seria transformar o Bolsa-Família em algo semelhante às frentes de trabalho feitas em São Paulo durante o governo Mário Covas.

Como funcionavam essas frentes?

Quando Covas saiu da primeira operação de câncer, ligou para mim e disse: “Barelli, reúna quem você precisar, consulte todo o mundo, quero saber o que gera emprego de imediato”. Ele estava preocupado com a maxidesvalorização do câmbio que FHC tinha anunciado naquele ano, e certamente iria resultar em desemprego. Bolamos um sistema em que o indivíduo recebia de cara uma cesta básica para aguentar o trabalho, e oferecíamos também almoço. Ele trabalhava cinco dias da semana na frente e em outro recebia formação profissional na área que desejasse. Obras como o Projeto Pomar, que transformou a Marginal do Rio Pinheiros em jardim, foram feitas pelas frentes. E a desoneração da folha de pagamentos? É um caminho?

Sim. A experiência bem-sucedida foi o Simples. Com ela, o micro e pequeno empresários puderam registrar seus funcionários sem ser onerados. Mesmo na folha de pagamento das grandes empresas há penduricalhos que poderiam ser transferidos. A contribuição para o Incra é um deles. O salário-educação, outro. A forma de financiar a Previdência também deveria mudar.

O senhor está falando de sua proposta de transferir a contribuição previdenciária para o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA)?

Essa é a saída. Uma empresa com faturamento elevado, como a Petrobrás, paga menos de 1% à Previdência. As montadoras também. Já setores que empregam muito, como o de vestuário ou autopeças, pagam mais à Previdência em proporção ao seu faturamento. É preciso que as empresas contribuam proporcionalmente ao que ganham, não ao número de empregados que têm.

O que mudou no papel dos sindicatos, que o senhor conheceu no auge, nos anos 80?

Os anos 80 foram a década de ouro para os sindicatos. Naquele momento, eles pautavam a agenda nacional: na luta pela redemocratização, nas batalhas da Constituinte, na negociação nas fábricas. De 1988 até 2003, o País atravessou uma época de baixo crescimento. E o movimento sindical não sabe conviver com momentos de desemprego, ele se enfraquece. Mais recentemente, com a volta do crescimento econômico, eles recuperaram alguma atuação e foram importantes na definição da política de aumento real do salário mínimo. Por outro lado, reduziram sua influência por estarem atrelados demais à Presidência da República. As centrais sindicais, uma inovação no País por não dependerem do governo, passaram a receber contribuição sindical. E os servidores públicos estaduais, que também tinham entidades fortes, como o sindicato dos policiais, dos escrivães, dos agentes penitenciários, a partir deste ano também recolherão um dia de salário do servidor. Essa foi a forma que Getúlio Vargas inventou para que os sindicatos aderissem a sua política trabalhista. E acaba com a sua autonomia.

Em seu livro ‘O Futuro do Emprego’ o senhor afirma que novas tecnologias quebraram paradigmas e hoje os investimentos acabam provocando corte - e não aumento - de postos de trabalho. A crise pode acelerar esse processo?

Sim. Todas essas empresas que estão demitindo já estão pensando em novas formas de produzir, com menos gente e mais produtividade. E os empregados que ficarem dificilmente ganharão mais por isso.

Teóricos de diferentes vertentes preconizam o fim da era do trabalho. Para o sociólogo italiano Domenico De Masi, autor de ‘O Ócio Criativo’, está a caminho uma era do lazer, com valorização do tempo livre e repartição da riqueza. Para o filósofo alemão Robert Kurz, que escreveu o ‘Manifesto contra o Trabalho’, a transição será apocalíptica, com exclusão social e desemprego em massa. Que futuro o senhor imagina?

A crise é dantesca quando a gente olha para o trabalhador. Mas vai acelerar as imensas mudanças que já estão acontecendo. Hoje na Europa ninguém começa a trabalhar antes dos 25 anos. Até entre as classes menos favorecidas no Brasil consolida-se a ideia de que é melhor estudar mais e entrar no mercado depois. Isso é relevante em termos de diminuir o número de pessoas que demandam trabalho. Outra mudança: crises anteriores mostraram que não se pode dispensar a galinha dos ovos de ouro. Se a empresa manda embora um trabalhador treinado, estará sacrificando o lucro dali a um

ano, quando a crise passar. Porque ele não volta mais para lá. Então, já começa a haver um pouco de juízo na cabeça de quem despede. Sei de um caso, que ocorreu na década de 60, em que uma empresa demitiu um único homem, que tinha só o quarto ano primário, e depois foi obrigada a substituí-lo por uma equipe inteira de engenheiros.

Mudanças podem vir para o bem ou para o mal...

Na área dos recursos humanos já se fala de uma geração Y, em oposição à X. A Y é nascida por volta de 1975, com 30 e poucos anos, sabe tudo de máquinas, executa tarefas ao mesmo tempo, é criativa. A X é composta de gente mais tradicional, dessa que constrói sindicatos e quer seguir carreira na mesma empresa. Um indivíduo Y gosta de reconhecimento profissional, mas não abre mão de sua vida: se um filho fica doente ou ele decide que deve fazer um curso no exterior, deixa a empresa sem o menor receio. Eles trabalham melhor com projetos, por jobs. Isso está mudando a fábrica, o escritório, a convivência no trabalho. Neste momento, já não bastam nem os modelos de contrato coletivos surgidos na década de 40, com claras vantagens sobre legislações que dependem do governo, como a CLT. Será necessária uma nova forma de contrato, que conjugue o individual com o coletivo, a vida de trabalho com o lazer, o tempo livre e os amigos. Mas isso é tarefa da geração Y. Não são os velhos que vão ensinar.

130 empresas negociam flexibilização

Um grande número de empresas e trabalhadores preferiu não esperar o resultado do debate público sobre flexibilização de direitos trabalhistas. Enquanto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as centrais sindicais e políticos discutem se devem ou não rever direitos trabalhistas para evitar demissões, pelo menos 130 indústrias e nove sindicatos (representando 532 mil metalúrgicos) negociam discretamente por conta própria. Pelo menos oito acordos já foram fechados.

A reportagem é de Márcia De Chiara e Paulo Justus e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 18-01-2009.

Os acordos já concluídos envolvem desde banco de horas - em que a redução de trabalho numa época é compensada por horas extras em outro período - até redução de jornada de trabalho e salários. Os acordos são uma alternativa às demissões, mas não deixam os trabalhadores imunes a cortes. Por enquanto, as negociações se concentram nas empresas mais afetadas pela crise: montadoras, autopeças, eletroeletrônicos e indústrias ligadas à siderurgia.

VOLKS

A Volkswagen acaba de fechar um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, filiado à CUT, para introduzir o banco de horas. A proposta, que será apresentada a 5 mil trabalhadores amanhã, prevê até 25 dias de descanso em 2009, sem corte no salário, mas com compensação.

“O mercado de veículos está bastante instável”, diz o gerente de Relações Trabalhistas da Volkswagen, Nilton Junior. Ele deve apresentar a mesma proposta aos sindicatos de São Bernardo do Campo (SP), São José dos Pinhais (PR) e São Carlos (SP). Junior ressalta que o acordo não evita demissões, caso a crise se aprofunde.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Isaac do Carmo, diz que negocia acordos semelhantes ao da Volks com 15 fabricantes de autopeças da região. “Com o banco de horas, há uma garantia implícita de emprego.”

CORTE DE SALÁRIO

Já em Porto Alegre, o sindicato dos metalúrgicos aprovou na quarta-feira um acordo com a fabricante de autopeças GKN para cortar a jornada e o salário em 14,63%, com manutenção do emprego, conta o sindicalista Ademir Bueno.

A mesma proposta foi estendida a mais duas empresas de autopeças da região: a DHB e a Saginaw. “O acordo contraria a orientação da CUT, a nossa central, mas vamos fazer de tudo para evitar demissões”, diz Bueno.

É em São Paulo, que responde por 40% da produção industrial do País, que está sendo costurado o maior número de acordos diretos entre sindicatos e empresas. Só na capital, 92 indústrias negociam com o sindicato dos metalúrgicos.

“O sindicato aprova a suspensão temporária do contrato. Mas tem empresário que insiste em redução de salários e de jornada”, diz Miguel Torres, presidente do sindicato.

Contrato flexível vira moeda de troca

As negociações de flexibilização dos contratos de trabalho estão sendo usadas não só para evitar futuras demissões, mas também para reverter as dispensas ocorridas. Na Zona Franca de Manaus, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas vincula os acordos de flexibilização à recuperação dos postos de trabalho fechados por causa da crise.

A reportagem é de Márcia De Chiara e Paulo Justus e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 18-01-2009.

“O sindicato só vai fazer acordo em cima da folha de pagamento de 1º de outubro de 2008”, avisa Valdemir Santana, presidente da entidade ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que representa 22 mil trabalhadores. Só no último trimestre de 2008, houve 6 mil demissões no polo. A CCE, por exemplo, demitiu, em Manaus, mil trabalhadores entre outubro e novembro, segundo o sindicato. Agora consulta a entidade para suspender o contrato de 200 trabalhadores por três meses. A Flex, outra indústria da Zona Franca que está entre as que mais demitiram nos últimos meses, quer flexibilizar o contrato de 300 funcionários.

Também o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tenta reverter a demissão de 200 trabalhadores da autopeças TRW, ocorrida no início do mês. Segundo o presidente do sindicato, Sérgio Nobre, não há razões para as montadoras e autopeças fazerem cortes antes do fim do primeiro trimestre. “Como o setor vem de recordes sucessivos de vendas, as indústrias acumularam recursos para manter os trabalhadores.”

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Jair dos Santos, a produtividade dos trabalhadores no setor metalomecânico triplicou nos últimos 12 anos. Por isso, há como suportar a queda nas vendas sem demissões. “A saída é redução de jornada sem corte nos salários”, diz Santos. Segundo o sindicato, na semana passada, o Sindipeças, que representa as fabricantes de autopeças, se reuniu com as empresas de Campinas para alinhar um acordo que evite demissões. As negociações começaram no início do ano e envolvem cerca de dez indústrias.

ALÍVIO

Em São Paulo, o primeiro acordo de flexibilização foi fechado na segunda-feira com a Indebrás, fabricante de autopeças. Os 360 funcionários aprovaram por unanimidade a suspensão temporária do contrato de trabalho em até cinco meses, o máximo previsto por lei. “Esse acordo servirá de modelo para os próximos”, diz Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O acordo trouxe alívio para Rafaela da Silva Passos, de 22 anos, que trabalha há um ano e dez meses na Indebrás. “Imaginávamos que haveria demissões porque, a partir de outubro, o número de pedidos caiu bastante.” Ela lembra que, em dezembro, ficou uma semana ociosa na fábrica.

Com o acordo, a empresa evita 70 demissões. “Vamos suspender os contratos dos funcionários com mais tempo de casa e matriculá-los em cursos de qualificação”, diz Vivian Perce, gerente de Recursos Humanos. Ela justifica a opção pelos mais antigos porque eles têm direito a uma parcela maior do seguro-desemprego.

Em Minas Gerais, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Marcelino da Rocha, conta que deve iniciar negociações com a Fiat e 14 indústrias de autopeças da região nesta semana.

“Admitimos a flexibilização, com banco de horas, redução de jornada e de salários. Mas a nossa contrapartida é a garantia do emprego”, diz o sindicalista. Ele calcula 872 demissões na região nos últimos 30 dias, o triplo do verificado em igual período do ano anterior. A Fiat diz que mantém conversações com o sindicato, mas nega acordo em pauta.

'Quem garante o emprego é o mercado'. Será? Veja a GM

Da coluna de Elio Gaspari, jornalista, publicada no jornal Folha de S. Paulo, 18-01-2009, sob o título "GM come abelha":

"O vice-presidente da GM brasileira, **José Carlos Pinheiro Neto**, não come mel, come abelha. Seus trabalhadores que estão com medo de ir para o olho da rua, e ele diz: "Quem garante emprego é o mercado". Tem toda razão, mas também é o mercado quem garante balanço. Em novembro, quando as contas da GM fizeram água, seu patrão, Frederick Henderson, desceu em Washington pedindo um refresco de US\$ 12 bilhões. Dizia que se a Viúva não ajudasse a empresa, ela iria à bancarrota. Em seguida, os barões da GM americana anunciaram que reduziriam seus salários para US\$ 1 durante este ano. Mercado é como pimenta: nos olhos dos outros é refresco.

Dupla rende funcionários e rouba R\$19 mil de Correios em MT

Dois homens armados assaltaram a agência da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) em Santo Antônio de Leverger (34 km ao sul de Cuiabá) e levaram cerca de R\$ 19 mil. Cinco pessoas, sendo 3 funcionários da agência e 2 clientes, foram feitas reféns. A invasão ocorreu por volta das 10h30. Segundo a Polícia Civil, os bandidos se dividiram na ação. Um entrou primeiro e se passou por um cliente, perguntando valor de envio de correspondências via Sedex. Ele esperou o parceiro entrar na agência para anunciar o assalto, render o gerente, um funcionário de caixa, um carteiro e as 2 clientes que estavam no local no momento.

Em seguida, a dupla forçou o gerente a abrir o cofre e passar todo o dinheiro, além do conteúdo dos caixas. Enquanto isso, os outros reféns foram mantidos nos fundos. "Depois disso, eles liberaram todos e foram embora de moto em direção ao município de Barão de Melgaço", disse a delegada Juliana Chiquito Palhares, que está respondendo pela delegacia municipal.

Os assaltantes, conforme a descrição feitas pelas vítimas, são jovens e têm entre 25 e 30 anos. Após a fuga, a Polícia Militar foi acionada para providenciar barreiras nas estradas, em busca da dupla. Segundo a delegada Juliana, o clima na pequena cidade ficou tenso após o assalto. Ela disse que a presença dos bandidos já havia chamado a atenção dos moradores, sendo que um deles teria comprado cartão telefônico em uma mercearia que fica em frente à agência dos correios.

O caso agora deve ser investigado pela Polícia Federal. A agência dos correios permaneceu fechada durante o restante do dia.

Este foi o segundo assalto em agências dos correios registrado nesta semana. Na quarta-feira, a unidade do bairro CPA 2, em Cuiabá, foi invadida por 4 homens armados, todos presos 2 horas depois. Houve troca de tiros com PM. Eles invadiram a área dos caixas e retiraram todo dinheiro que havia nas gavetas.

SO NOTICIAS

Greve para fábrica, que demitiu no ABC

Os cerca de 1,6 mil funcionários das unidades de Santo André e Mauá da fabricante de autopeças Magneti Marelli Cofap iniciaram às 6h da manhã de ontem uma greve de advertência de 24 horas contra a demissão de aproximadamente 400 companheiros. "Todas as demissões vamos responder com greve", discursou em frente ao portão principal da unidade o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, Cícero Firmino da Silva, o Martinha, que cobrou intervenção direta do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. "Ele tem de usar o peso político do seu cargo para promover um grande pacto nacional contra a crise", disse o sindicalista.

A reportagem é de Joaquim Alessi e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 17-01-2009.

Também em São Bernardo, onde as demissões na Magneti Marelli Cofap atingiram cerca de 150 operários, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC promoveu manifestação. Os sindicalistas não têm o número exato de demissões na empresa, até porque grande parte deles foi contratada há menos de um ano, período em que não há necessidade de a homologação ser feita no sindicato. A empresa foi procurada, mas não retornou as ligações para comentar as demissões.

Martinha afirmou que o quadro em Santo André e Mauá é preocupante porque entre oito a dez empresas de médio porte já manifestaram ao sindicato o desejo de cortar pessoal. Essas indústrias empregam cerca de 3 mil trabalhadores e as demissões atingiriam entre 250 e 300 funcionários. Já foram demitidos 34 na Borlem Alumínio e outros 31 na GT do Brasil (do Grupo Italiano Gammastamp), fabricante de peças automotivas.

O sindicalista afirmou que, se as paralisações de advertência não surtirem efeito, serão adotadas novas ações. “Vamos chamar todos os desempregados e fazer atividades populares em frente às Prefeituras, Câmaras Municipais, Palácio dos Bandeirantes, se preciso vamos a Brasília e vamos cobrar ação das autoridades”, disse Martinha.

Ao cobrar uma posição mais firme de Lula, Martinha defendeu uma “agenda positiva” para o País. “O presidente Lula tem de ligar para o Serra, para o Aécio e dizer: vamos esquecer as eleições de 2010, deixar a disputa política de lado e pensar na população.”

'Os trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise'

A CUT deflagra na próxima segunda-feira o movimento “Os trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise”. A campanha vai reivindicar garantia de emprego, manutenção dos direitos dos trabalhadores, queda imediata dos juros e a contrapartida das empresas que receberem incentivos do governo.

A notícia é de Joaquim Alessi e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 17-01-2009.

Serão feitas manifestações de rua, passeatas, protestos diante de empresas e todas as formas possíveis de luta, segundo os sindicalistas. CUTs estaduais, confederações e federações cutistas por ramo de atividade econômica e sindicatos já estão envolvidos no movimento, que também distribuirá para a população panfletos explicativos com as propostas dos trabalhadores e as declarações que, segundo eles, o empresariado e parte da mídia usam para confundir a opinião pública.

Guerra e Paz: o capitalismo sem espírito

Na pulsão contra-humanista do capitalismo contemporâneo não se reconhece dívida simbólica com o passado de quem o tem. Na impossibilidade de fazer da história do Outro um bem comum compartilhado, opta-se por sua destruição. Os EUA reduziram a escombros o Museu Arqueológico de Bagdá. Israel bombardeou a Universidade de Gaza. No exercício da razão do mais forte revela-se a vontade de destruir a vida biológica e a vida do espírito. A análise é da filósofa Olgária Mattos, em artigo publicado pela Agência Carta Maior, 17-01-2009. Olgária Mattos é filósofa, professora titular da Universidade de São Paulo.

Eis o artigo.

A situação dos palestinos na Faixa de Gaza, sob o poder da tecnologia bélica do Estado de Israel e de seu militarismo expansionista, expressa, de maneira cabal, a condição de suas vítimas: o crime justificado pela lógica da “guerra justa” e da destruição em nome da segurança e da paz. Ao limbo jurídico no qual, hoje, Israel exerce a soberania, a Idade Média denominou “estado de exceção”. Se, historicamente, os Estados nacionais se fundaram em algum tipo de violência, também é verdade que só se mantiveram e prosperaram porque acederam à legitimidade. Na dificuldade em conseguí-la, o Estado de Israel exerce o poder ab-solutus e o terror, acima do concerto das Nações.

A partir da Primeira Guerra Mundial - com o fim dos campos de batalha e o bombardeio de populações civis desarmadas - , o mundo inteiro tende a se converter em trincheira, cada indivíduo transformado em um puro objeto sem defesa, simples alvo em uma zona de tiro.

Na contramão da violência nua, os bens culturais materializam os esforços da humanidade para se humanizar. Assim, os lugares de memória, escolas, universidades e museus.

O Museu Arqueológico de Bagdá era o guardião da primeira história do homem, lá onde, segundo o relato bíblico, tudo começou. Entre o Tigre e o Eufrates, viveram Adão e Eva. Aí se gestaram a civilização e a vida. O museu não foi conquistado pelas forças militares norte-americanas, por um comando que, admirando seus bens, usurpava-os para si. Dele só restaram escombros.

Na pulsão anti-genealógica do capitalismo contemporâneo - anti-intelectual e contra-humanista - não se reconhece dívida simbólica com o passado de quem o tem. E na impossibilidade de fazer da história do Outro um bem comum compartilhado, houve ainda o bombardeio da Universidade Palestina da Faixa de Gaza e da Escola cuidada pela ONU.

Desde a Academia de Platão, do Liceu de Aristóteles e do Pórtico dos estóicos, Escola e Universidade constituíram um espaço de autonomia e liberdade a que demagogos do povo, polícia e exércitos não tinham acesso. Produzindo a vida do Espírito, sua função é a de desenvolver conhecimentos, aprimorar os costumes, elevar o indivíduo e sublimar o povo. Com a percepção aguda da brevidade da vida e da fragilidade das coisas humanas, escolas, universidades e museus são os guardiães que transmitem, ao longo das gerações, tudo o que é preciso lembrar e interrogar, e o que é digno de renome e fama.

No exercício da razão do mais forte revela-se, porém, a vontade dos poderosos em destruir, além da vida biológica, a vida do espírito; e o desejo do povo de viver em paz. A paz - estado de tranqüilidade moral - só acontecerá, como anotou Simone Weil, quando os homens deixarem de enaltecer a força, valorizar a violência e humilhar os vencidos. “Duvido que seja para já”.

Demissões geram protestos em SP

São Paulo - Os cerca de 1,6 mil funcionários das unidades de Santo André e Mauá da fabricante de autopeças Magneti Marelli Cofap iniciaram às 6h da manhã de ontem uma greve de advertência de 24 horas contra a demissão de aproximadamente 400 companheiros. “Todas as demissões vamos responder com greve”, discursou em frente ao portão principal da unidade o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, Cícero Firmino da Silva, o Martinha, que cobrou intervenção direta do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. “Ele tem de usar o peso político do seu cargo para promover um grande pacto nacional contra a crise”, disse o sindicalista. Também em São Bernardo, onde as demissões na Magneti Marelli Cofap atingiram cerca de 150 operários, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC promoveu manifestação. Os sindicalistas não têm o número exato de demissões na empresa, até porque grande parte deles foi contratada há menos de um ano, período em que não há necessidade de a homologação ser feita no sindicato. A empresa foi procurada, mas não retornou as ligações para comentar as demissões. Martinha afirmou que o quadro em Santo André e Mauá é preocupante porque entre oito a dez empresas de médio porte já manifestaram ao sindicato o desejo de cortar pessoal. Essas indústrias empregam cerca de 3 mil trabalhadores e as demissões atingiriam entre 250 e 300 funcionários. Já foram demitidos 34 na Borlem Alumínio e outros 31 na GT do Brasil (do Grupo Italiano Gammastamp), fabricante de peças automotivas.

O sindicalista afirmou que, se as paralisações de advertência não surtirem efeito, serão adotadas novas ações. “Vamos chamar todos os desempregados e fazer atividades populares em frente às Prefeituras, Câmaras Municipais, Palácio dos Bandeirantes, se preciso vamos a Brasília e vamos cobrar ação das autoridades”, disse Martinha. Ao cobrar uma posição mais firme de Lula, Martinha defendeu uma “agenda positiva” para o País. “O presidente Lula tem de ligar para o Serra, para o Aécio e dizer: vamos esquecer as eleições de 2010, deixar a disputa política de lado e pensar na população.” A CUT deflagra na próxima segunda-feira o movimento “Os trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise”. A campanha vai reivindicar garantia de emprego, manutenção dos direitos dos trabalhadores, queda imediata dos juros e a contrapartida das empresas que receberem incentivos do governo. Serão feitas manifestações de rua, passeatas, protestos diante de empresas e todas as formas possíveis de luta, segundo os sindicalistas. CUTs estaduais, confederações e federações cutistas por ramo de atividade econômica e sindicatos já estão envolvidos no movimento, que também distribuirá para a população panfletos explicativos com as propostas dos trabalhadores e as declarações que, segundo eles, o empresariado e parte da mídia usam para confundir a opinião pública.

Apelo

As 744 demissões na GM no início da semana levaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos a pedir ajuda para a Igreja Católica. Na manhã de ontem, diretores sindicais se

reuniram com o representante da diocese de São José dos Campos, padre Paulo Renato, para discutir a situação dos temporários dispensados. A entidade quer o apoio e a participação dos padres e da comunidade católica na campanha contra as demissões.

Santander demite 400 funcionários

São Paulo - O grupo Santander demitiu ontem de 400 a 500 bancários, a maior parte deles, cerca de 300, trabalhava na área administrativa do banco, concentrada na capital paulista, e são oriundos do Banco Real, que o Santander adquiriu em julho de 2007. O Santander não se pronunciou a respeito das demissões, informadas pelos próprios funcionários ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. As demissões surpreenderam a direção do sindicato, que não foi informado e negociava com o banco a realocação de funcionários da área administrativa para agências, licença remunerada para aposentadoria e incentivos aos aposentados que permanecem em atividade. Na segunda-feira (19), o sindicato fará uma plenária com trabalhadores para falar sobre as demissões e mobilizar os bancários para protestar contra as dispensas. “Algum executivo está descumprindo o que nos falou o presidente mundial do Santander, Emilio Botin”, disse a diretora-executiva do sindicato, Rita Berlofa.

Segundo ela, Botin afirmou que a fusão dos bancos resultaria na expansão dos negócios e na abertura de 400 novas agências bancárias. Diferentemente da aquisição da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil, os bancários do Real e do Santander não conseguiram firmar um acordo de garantia de emprego aos trabalhadores.

Recentemente, as direções de Itaú e Unibanco declararam que a fusão dos grupos não resultaria em demissões, mas não houve compromisso formal. Segundo ela, há uma grande carência de funcionários nas agências do grupo, enquanto o Santander continua a registrar “lucros exorbitantes”.

“Essas demissões são tentativas de aumentar o lucro ou estão relacionadas à incompetência de gestão. A operação brasileira é responsável por 20% de toda a lucratividade do grupo no mundo”, declarou. “Ninguém pode justificar as demissões por conta da crise. Eles estão se aproveitando da situação. O Santander passou quase ileso pela crise, foi dos que menos sofreu”, acrescentou.

De acordo com Rita, já havia reunião marcada para o próximo dia 22 entre a direção do banco e a do sindicato. O sindicato pretende cobrar o motivo das demissões e afirma que lutará por readmissões. “Vamos reivindicar readmissão de funcionários. Algumas dispensas são excessivamente cruéis. Foram demitidas pessoas próximas da aposentadoria. Demitiram até grávidas, o que é contra a lei, e terão que readmiti-las. Quem deu essa ordem atrapalhou o processo de negociação”, explicou.

Governo aposta em pacote habitacional

Brasília, 16 (AE) - O governo espera que o pacote de medidas de estímulo ao mercado habitacional, que deve ser divulgado até o final deste mês, comece a produzir efeitos positivos sobre a atividade econômica já a partir do segundo trimestre do ano, mas avalia que, a curto prazo, as medidas não devem impedir cortes de vagas no mercado de trabalho.

“O impacto mais forte na economia será sentido no segundo semestre”, disse à Agência Estado o secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que está diretamente envolvido na discussão das medidas. “No curto prazo, as medidas não devem impedir os cortes de vagas no mercado de trabalho, mas elas poderão promover uma recuperação mais rápida do emprego no médio prazo”, acrescentou. Evitando entrar em detalhes, Barbosa confirmou a informação de que o programa habitacional terá quatro eixos: estímulo à habitação popular (voltado para classe média baixa); habitação de interesse social (para população mais pobre, com renda mensal de até R\$ 1.050); classe média alta com eventuais alterações nas regras de utilização do Fundo de Garantia do Tempo Serviço (FGTS); e estímulo à compra de materiais de construção. O secretário também confirmou que o principal foco de ação no âmbito do plano habitacional será a desburocratização dos procedimentos para aquisição de imóveis, embora o governo esteja discutindo também medidas de incentivo ao crédito e, em menor escala, desonerações.

Barbosa disse que na próxima semana, quando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já estará de volta das férias, a equipe econômica vai finalizar os trabalhos técnicos em torno do plano

habitacional. E na semana seguinte o resultado será levado e discutido com o presidente, que decidirá o desenho final do programa de estímulo ao setor. Segundo o secretário, já estava no horizonte do governo estimular o setor habitacional - segmento que melhora o nível de atividade econômica e é grande gerador de emprego, sem pressionar as contas externas -, mas o calendário foi antecipado em função do agravamento da crise internacional e de seu impacto na economia brasileira.

TRIBUNA DO NORTE

VW demite 150 em Taubaté e discute "flexibilização" em outras fábricas

SÃO PAULO - A Volkswagen do Brasil acaba de informar que de um total de 800 empregados contratados por tempo determinado na fábrica de Taubaté, interior de São Paulo, 150 serão demitidos. Além disso, a montadora está negociando a "flexibilização" da jornada dos demais trabalhadores e pode conceder férias não programadas de 25 dias. Adiantou que nas próximas semanas, "a empresa deve discutir medidas de flexibilidades com os sindicatos das demais unidades (fábricas de São Bernardo do Campo/SP, São José dos Pinhais/PR e São Carlos/SP)". Eis a nota que a VW acaba de divulgar.

"A Volkswagen do Brasil informa que, com relação aos 800 empregados contratados por prazo determinado na unidade de Taubaté, com vencimento em janeiro e fevereiro de 2009, cerca de 450 serão efetivados imediatamente pela montadora, 200 contratos serão renovados e aproximadamente 150 serão encerrados, conforme já estabelecia o contrato de trabalho. A empresa concluiu também negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté para introdução do sistema de Banco de Horas que permitirá a flexibilização da jornada de trabalho na unidade. O acordo prevê que a empresa poderá conceder até 25 dias de descanso durante 2009, com o lançamento das horas no Banco de Horas para compensação futura. Diante do atual cenário é fundamental ter mecanismos de flexibilidade para adequação da jornada de trabalho e dos volumes de produção que assegurem condições de rápida reação às demandas de mercado", afirma Nilton Junior, gerente executivo de Relações Trabalhistas da Volkswagen do Brasil. A proposta referente ao Banco de Horas deverá ser submetida à avaliação dos empregados no início da próxima semana. "Uma vez aprovado o Banco de Horas, o comportamento do mercado definirá a necessidade da redução de jornada através de dias de descanso. Faremos esta avaliação mensalmente. Por ora, não temos dias de descanso previstos para Taubaté", diz Nilton Junior. A Unidade de Taubaté tem ainda cerca de 600 empregados contratados por prazo determinado, com vencimento principalmente nos meses de setembro e novembro de 2009. As efetivações serão avaliadas conforme as necessidades de produção do momento. Nas próximas semanas, a empresa deve discutir medidas de flexibilidades com os sindicatos das demais unidades (fábricas de São Bernardo do Campo/SP, São José dos Pinhais/PR e São Carlos/SP)".

O GLOBO

Aberto processo contra servidores do TJ-ES envolvidos com venda de sentenças

O corregedor Romulo Taddei, da Corregedoria Geral da Justiça do Espírito Santo, abriu um processo administrativo contra cinco servidores efetivos do TJ-ES (Tribunal de Justiça do Espírito Santo), envolvidos no caso de venda de sentenças no tribunal que também é alvo de inquérito no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), até o final do mês de janeiro, também devem ser abertos processos administrativos contra os juízes e desembargadores envolvidos no caso revelado pela Operação Naufrágio, da Polícia Federal.

Com base no inquérito do STJ, sob a relatoria da ministra Laurita Vaz, o tribunal estadual já afastou temporariamente de suas funções seu presidente, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, e os desembargadores Elpídio José Duque e Josenider Varejão Tavares. Os magistrados já foram intimados para apresentar a defesa prévia.

Já os juízes acusados de envolvimento no esquema devem ser intimados após a conclusão do relatório a ser encaminhado ao presidente em exercício do TJ-ES, desembargador Alvaro Bourguignon. Eles também terão 15 dias para apresentar defesa prévia.

O Plenário do tribunal deve então definir se abre ou não processo administrativo contra os magistrados.

Os cinco servidores já processados terão que apresentar a defesa e a Corregedoria da Justiça tem 60 dias, prorrogáveis, para concluir os processos. Eles já foram dispensados de seus cargos comissionados pelo desembargador Alvaro Bourguignon .

Entre as medidas tomadas pelo TJ desde a descoberta do esquema estão o aprimoramento da distribuição de processos e a terceirização de todos os concursos para juiz substituto do tribunal e para servidores. Também foi anulada resolução assinada por Pimentel antes de ser afastado, em que autoriza a instalação do cartório do 1º Ofício de Cariacica, ato também investigado pelo STJ.

ULTIMA INSTANCIA

[Aposentada demitida tem estabilidade sindical e deve ser reintegrada, diz TST](#)

A 3ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) decidiu negar recurso da empresa Artefatos de Plástico Sobplast e a condenou à reintegração de empregada demitida que aposentou-se mas continuou trabalhando, na condição de dirigente sindical.

A sentença mantém decisão de primeira instância, que obrigava a empresa a reintegrar a trabalhadora sob o entendimento de que a trabalhadora manteve com a empresa um único contrato de trabalho. O TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP), por sua vez, reformou a decisão e determinou que a Sobplast indenizasse a ex-empregada, pois o período de estabilidade já se havia esgotado.

Segundo o TST, a trabalhadora foi admitida em fevereiro de 1985, e se aposentou espontaneamente em fevereiro de 2002, mas continuou trabalhando na empresa. Em junho daquele ano, embora integrasse a diretoria de seu sindicato de classe e usufrísse da estabilidade sindical, foi demitida.

Ao recorrer da decisão do tribunal regional, a Sobplast alegou que a aposentadoria extingue o contrato de trabalho. “Como não é condição essencial que o dirigente sindical mantenha o vínculo, podendo optar entre permanecer ou não em serviço, isto significa que a empregadora não é obrigada a manter o contrato para lhe garantir o pleno exercício da atividade sindical”, sustentou a empresa.

A empresa ainda afirmou que também teria o direito de optar por manter seu vínculo ou não, dispensando o trabalhador sem justa causa com o pagamento dos direitos devidos pela rescisão.

No entanto, para o ministro Alberto Bresciani, relator do caso, “é certo que a empregada manteve com a empresa um único contrato, pelo qual usufruía da estabilidade sindical”. Ele explicou que “o entendimento no sentido de que a aposentadoria espontaneamente requerida, pelo empregado, não põe termo ao pacto laboral já está pacificado no TST, na Orientação Jurisprudencial nº 361”.

ULTIMA INSTANCIA

[Supremo suspende exoneração de servidores contratados sem concurso público](#)

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, impediu a exoneração de 272 servidores sem concurso público, nomeados para cargos em comissão pelo governo do Distrito Federal. Mendes deferiu o pedido de suspensão de tutela antecipada ajuizado pelo governo do Estado.

De acordo com informações da assessoria do Supremo, ação civil pública, de autoria do MPF (Ministério Público Federal), afirma que as funções desempenhadas pelos referidos servidores não envolveriam atividades de direção, chefia ou assessoramento, conforme exige a Constituição Federal e a Lei Orgânica do DF. Além disso, a Procuradoria sustenta que há aprovados em concurso público que poderiam substituir os comissionados.

A 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal e Territórios deferiu o pedido de tutela antecipada estabelecendo prazo de 30 dias para exonerar os comissionados. A decisão fixou multa diária de R\$

50 mil caso a decisão não fosse cumprida. O Distrito Federal interpôs, então, recurso no TJ-DFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) questionando a decisão, que negou a solicitação.

Ordem e segurança pública

O Distrito Federal argumenta que a exoneração, de uma só vez, de tantos servidores poderia trazer prejuízos à ordem e à segurança pública. Além disso, a determinação feriria o princípio da continuidade do serviço público, pois a maioria dos comissionados estaria lotada na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado, que ficariam com os trabalhos comprometidos. Observa-se, ainda, que a maior parte dos exonerados atua no CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializado), responsável pela internação de menores infratores. “Desse modo, a exoneração desses servidores em prazo tão exíguo poderá ensejar riscos à própria segurança pública do Distrito Federal”, argumenta o governo do Estado.

Além disso, alega que não existem aprovados em concurso público que possam ser imediatamente nomeados para ao exercício das funções, atualmente desempenhadas pelos servidores cuja exoneração foi ordenada.

Decisão

O ministro Gilmar Mendes afirma que a presidência do STF tem atribuição de suspender decisões de tutela antecipada, proferidas em única ou última instância, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, quando a discussão travada na origem for matéria constitucional.

Segundo o ministro, como a ação civil pública discute a interpretação e aplicação do artigo 37 da Constituição Federal, “não há dúvida, portanto, de que a matéria discutida na origem reveste-se de índole constitucional.”

O ministro afirmou que a decisão impugnada pelo TJ-DFT coloca em risco a ordem e a segurança pública. “Os órgãos distritais, responsáveis pela recuperação, educação e socialização de menores infratores, a exemplo do CAJE, sofrem de crônica falta de servidores especializados, situação que somente se agravaria com a manutenção da decisão impugnada”, decidiu o presidente do STF. Mendes também observa que não foram apresentadas provas suficientes para comprovar que os cargos em comissão questionados não respeitaram os preceitos constitucionais. Ele ressalta que o prazo de 30 dias para substituição dos comissionados não é suficiente.

Abuso

Em sua decisão, o ministro questionou as liminares de primeira e segunda instâncias do DF. Ele afirma que se trata de “abuso no deferimento de liminares em processos coletivos, na qual, sem se atentar para os potenciais efeitos gerais gravosos das decisões, medidas cautelares e antecipatórias são deferidas a esmo, sem a estrita observância dos vetores legais”.

Também observa que o MPF dispõe de outros meios para solucionar esse tipo de problema, como, a celebração de termos de ajustamento de conduta.

Por fim, o ministro determinou a suspensão das liminares proferidas pelo TJ-DFT e pela Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

ULTIMA INSTANCIA

No Ceará, a ONG Catavento trabalha comunicação a serviço do semi-árido

Com o pensamento de divulgar e aprofundar a discussão sobre ecologia, um grupo de estudantes deu início, em 1991, à produção de um programa na Rádio Universitária FM (UFC) que, quatro anos mais tarde, daria nome à ONG Catavento Comunicação e Educação Ambiental, em Fortaleza (Ceará). Como muitas outras entidades, a organização se estabelece na conjunção de comunicação e educação, que tem como público privilegiado crianças, adolescentes e jovens do semi-árido brasileiro, onde se encontram 90% dos municípios cearenses.

A partir desse pensamento, foram idealizados projetos que acabaram tornando-se referências no trabalho desenvolvido pela Catavento: "Comunicando Saberes e Realizando Sonhos: o Rádio no Fortalecimento das Competências Familiares e Municipais" - uma série de ações de formação e comunicação educativa pelo rádio; "Agência Catavento Rede Andi Brasil - Comunicadores pelos

Direitos da Infância" - mobilização e formação de jornalistas para a cobertura dos direitos da criança e do adolescente; e o "Projeto Dom Helder Camara" - desenvolvimento sustentável em assentamentos e comunidades com foco principal na agricultura familiar.

Um dos projetos destacados da ONG, o "Segura Essa Onda" incentiva a utilização da rádio-escola como um instrumento pedagógico. O projeto envolve um processo de formação de estudantes e educadores em oficinas em que são abordados assuntos relacionados a princípios éticos, direitos da criança e do adolescente, técnicas radiofônicas, além de outros temas propostos pelos participantes. Presente em quatro escolas de Fortaleza e duas do interior, o projeto deve ter mais uma fase em 2009, atendendo outras instituições da rede pública de ensino.

Para dar continuidade às atividades, foi pensado o projeto "Rádio-escola pela Educação", que funciona como uma espécie de consolidação do Segura Essa Onda. Segundo a pedagoga Marilac de Souza, a idéia do projeto, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME), é abordar temas vinculados à educação a partir da produção de um programa semanal de rádio, veiculado na Rádio Universitária FM. Para Marilac, o ponto mais positivo é a participação ativa dos estudantes, que coletam informações e produzem o programa de forma autônoma. Ela diz que, embora sido finalizado o "Segura Essa Onda" nas escolas, os estudantes permanecem em contato. "Sempre tem um grupo que dá conta do recado", garante.

Desde abril de 2008, a Catavento tem desenvolvido o projeto "Catadores de Sonhos: o Rádio Educativo na construção da Cidadania Ambiental", no qual se utiliza a rádio-escola para promover a educação ambiental. O projeto é realizado em parceria com o Fundo Itaú de Excelência Social. A partir de capacitações, cerca de 40 participantes aprendem técnicas de rádio-escola, cidadania ambiental e de mobilização comunitária. Eles produzem programas sobre coleta seletiva de resíduos sólidos a partir de três rádios, sendo duas em escolas e uma itinerante.

Segundo Alessandra Oliveira, coordenadora do projeto, o Catadores de Sonhos pretende melhorar as condições de trabalho dos catadores, reduzindo os índices de trabalho infantil. "A receptividade é muito interessante", avalia. Segundo ela, em fevereiro, o projeto deve abranger toda a comunidade, além dos pais e mães - alguns dos quais catadores -, que já participaram de reuniões. Outra proposta é a criação de um selo do projeto para ser colocado na porta da casa daqueles que aderirem ao programa de coleta que deve ser implementado.

As matérias do projeto Boas Idéias em Comunicação são produzidas com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil.

SITE COMUNIQUE-SE

[Investimentos em mídia estatal na China, crise nos jornais dos EUA](#)

Enquanto os veículos de comunicação nos Estados Unidos cortam gastos para enfrentar a diminuição das receitas, a mídia estatal chinesa planeja investimentos da ordem de US\$ 6,5 bilhões. O objetivo é melhorar a imagem da China no exterior e criar agências de notícias internacionais respeitadas.

De acordo com matéria publicada pelo The South China Morning Post e repercutida pela imprensa internacional, as estatais China Central Television (CCTV), Xinhua News Service e People's Daily planejam a abertura de sucursais no exterior e o aumento da produção de conteúdo em inglês.

Al-Jazeera chinesa

O plano inclui a criação de um canal de notícias 24 horas seguindo o modelo da Al Jazeera, com correspondentes espalhados pelo mundo.

As três estatais não confirmam a informação, mas, segundo o The New York Times, o vice-reitor da escola de jornalismo da Universidade de Renmin, Yu Guoming, afirmou ter prestado consultoria ao governo e que a Xinhua possui planos para a obtenção de uma licença para a criação de um canal 24 horas em inglês.

"O governo vai fazer, mas como irão fazer ainda está sendo discutido", disse Guoming. "Ainda não existem planos detalhados", completou.

Um ensaio publicado recentemente pelo diretor de propaganda da China, Liu Yunshan, demonstra uma possível intenção do governo nos investimentos. “Se tornou uma tarefa urgente e estratégica aumentar nossa capacidade de comunicação ao nível do nosso status internacional. (...) Nessa era moderna, quem conquista técnicas de comunicação avançadas, capacidade de comunicação poderosa e possui a cultura e valores mais difundidos, está mais apto para efetivamente influenciar o mundo”.

NYT: crise não afeta empresas chinesas

Para o The New York Times, as empresas de comunicação chinesas não estão sofrendo com os efeitos da crise que afeta a indústria da comunicação em outros países. Por causa do crescimento econômico do país, empresas gastam milhões de dólares em publicidade para tentar alcançar o consumidor chinês.

Nos EUA, férias forçadas

Nos Estados Unidos, a crise que afeta o setor se agrava, principalmente no mercado de jornais. A Gannett Company, controladora de 85 jornais, incluindo o de maior circulação no país – USA Today -, anunciou nesta quarta-feira (14/01) que dará licença de uma semana, sem pagamento, para cerca de 31 mil funcionários.

“Nós sinceramente desejamos que isso minimize a necessidade de futuras demissões”, disse o presidente da empresa, Craig A. Dubow, em comunicado enviado aos empregados.

SITE COMUNIQUE-SE